

- XLVIII -

POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A QUEM SE DESTINAM?

Cíntia Magno Brazorotto
FE/UNICAMP
cbrazorotto@gmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente texto é identificar as características socioeconômicas dos ingressantes no ensino médio integrado ao técnico profissional (EMI) em 2016, em um *campus* do Instituto Federal de Educação de São Paulo (IFSP). E tem como hipótese a premissa que a política elaborada para os Institutos Federais (IFs) visa atender jovens de classes populares que, historicamente, tiveram negado o acesso à educação de qualidade.

A análise sobre a criação dos IFs indica que a política adotada promulgou entre suas metas a implantação do EMI tendo o trabalho, a ciência e a cultura como princípios educativos. Por conseguinte, documentos oficiais preconizam a democratização do acesso para as camadas populares, que historicamente foram relegadas a uma educação precária e instrumental (PACHECO, 2010).

Desde 2002 a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a qual os IFs integram, passou por expressiva ampliação no seu número de unidades em todo o País, saltando de 140 escolas para 644 em 2018. Em São Paulo, o IFSP seguiu o curso da expansão nacional, passando de 3 para 36 *campi* em 2018.

Neste contexto de expansão nos interessa investigar quem são os ingressantes no EMI em 2016.

CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDANTES

O *campus* investigado iniciou as atividades em 2010 em um município cuja atividade econômica principal foi, historicamente, a indústria e a agropecuária, mas recentemente o setor de serviços passou a liderar a economia local (IBGE).

Este *campus* oferece duas áreas de formação para o EMI: informática e mecânica, totalizando 80 vagas distribuídas equitativamente entre ambos. Desse conjunto entrevistamos 69 estudantes, sendo 33 da informática e outros 36 da mecânica.

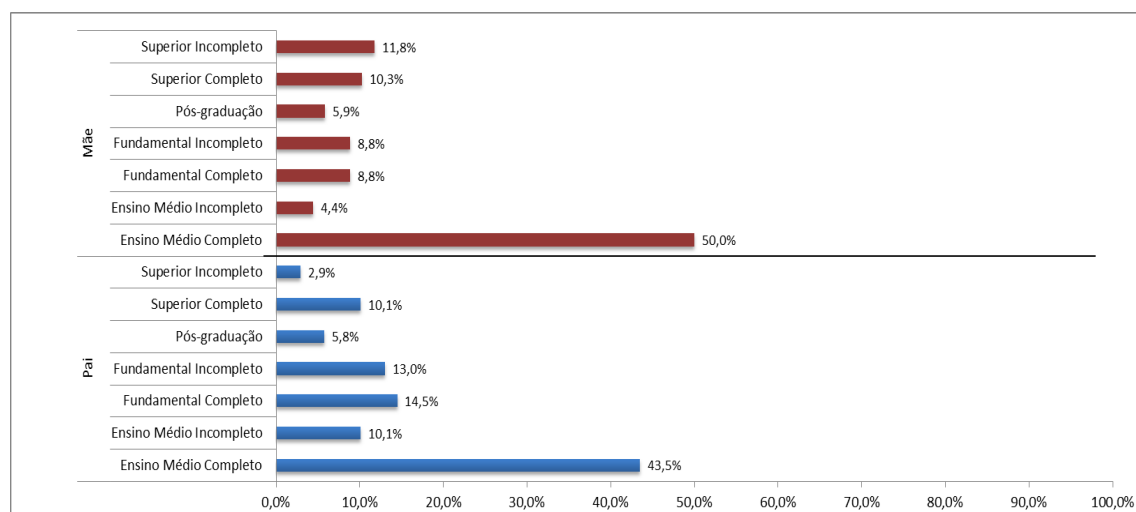
A partir dos dados coletados, apreende-se que o IFSP atende prioritariamente estudantes do próprio município (88%), sendo importante analisar se tal percentual diz respeito à política de divulgação local ou se há obstáculos de transporte para receber pessoas de outras cidades.

Entre os estudantes, nove em cada dez (91,3%) estão na faixa etária compreendida entre 14 e 15 anos. A distribuição por sexo entre os participantes indica presença importante do sexo masculino (71%), a qual se explica em razão da área dos cursos que são profissões com maior participação de homens.

Em relação à escolaridade dos pais dos discentes, observa-se que entre as mães metade tem ensino médio completo, bem como, 43,5% dos pais. Tais índices se aproximam dos verificados pelo IBGE na Região Sudeste, uma vez que 51,1% da população tem o ensino médio completo.

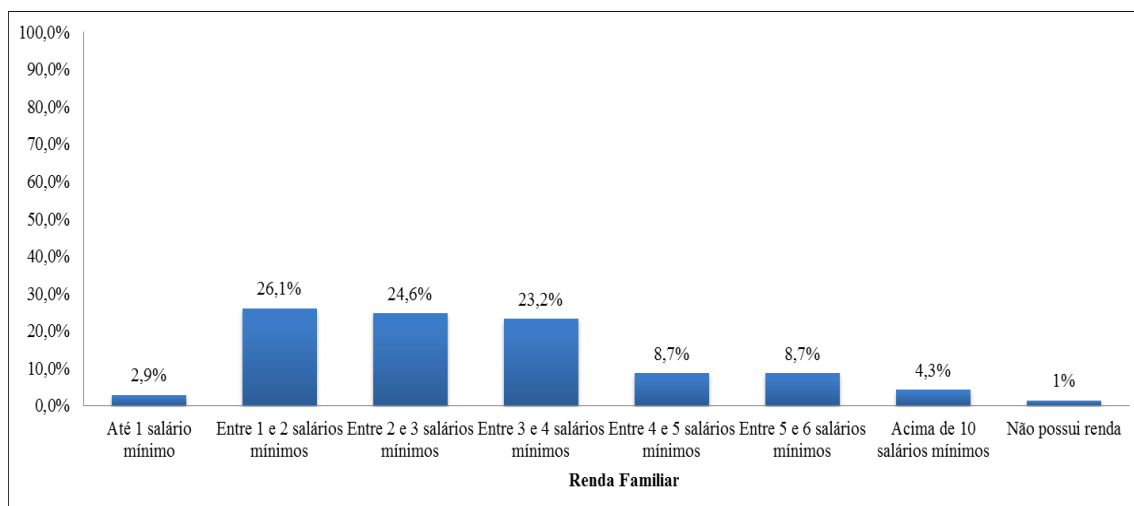
Concernente ao ensino superior completo, os responsáveis pelos estudantes se encontram no mesmo percentual que a população brasileira (15,3%). Esse número eleva-se adicionado os percentuais alusivos ao superior incompleto e pós-graduação: 28% entre as mães e 18,8% entre os pais, reafirmando séries históricas que indicam a mulher mais escolarizada.

Gráfico 1 – Grau de instrução dos pais



Sobre a renda mensal das famílias, pouco menos de 1/3 (26,1%) coincide com o rendimento médio real domiciliar da população brasileira: R\$ 1.242,00. Apenas, 3,9% das famílias dos estudantes possuem renda abaixo de 1 salário mínimo ou não possuem renda. As demais recebem entre 2 e 10 salários mínimos. Assim, verificamos que a maior parte dos estudantes pertence a famílias com renda mensal acima da média nacional.

Gráfico 2 – Renda familiar



Conforme dados do Ministério de Desenvolvimento Social, no município pesquisado 4,6% da população é beneficiária do Bolsa Família, índice equivalente ao observado entre os pesquisados (4,3%).

Sobre a situação de desemprego na família, 20,3% relatou possuir pelo menos um membro da família desempregado. A taxa de desemprego no Brasil em 2018 foi de 12,9%, a maior desde a série histórica iniciada pelo IBGE em 2012. Em 2014, quando as políticas para a educação profissional e expansão dos IFs estavam em pleno desenvolvimento, a taxa de desemprego era em média de 6,8% (IBGE). O aumento na taxa de desocupação no País é reflexo da crise econômica observada desde 2015. Entre os estudantes, (87%) nunca trabalhou; 10,1% estão procurando o primeiro emprego; e 2,9% trabalham atualmente.

Quanto ao tipo de moradia, a maior parte é própria e quitada (49,3%), seguido daqueles que tem casa própria, mas financiada (24,6%). Uma parcela de 14,5% moram em casas cedidas por amigos e/ou parentes e 11,6% moram em casas alugadas. Além disso, 100% dos matriculados nos cursos integrados moram em região urbana e a maioria (58,2%) tem de 4 a 5 cômodos na casa.

Quanto ao meio de transporte, a maioria dos matriculados vão para o IFSP de ônibus (72,5%), seguido dos que vão de carona, carro próprio ou moto (18,8%) e dos que vão a pé ou de bicicleta (4,3% cada).

Por fim, a maioria dos discentes não possui ninguém na família com algum tipo de deficiência (92,8%) ou com problemas de saúde (85,5%). Aproximadamente metade dos estudantes (49,3%) recorrem ao plano de saúde privado, 47,8% ao Sistema Único de Saúde (SUS) e 2,9% usam serviços particulares. Conforme a Agência Nacional de Saúde (ANS), a taxa de cobertura nacional de planos de saúde é 24,44%, o que mostra que a maioria da população utiliza o SUS. Em São Paulo a taxa de cobertura é de 41,25% indicando adesão dos paulistas ao sistema de saúde privado, o que explica, em partes, a opção das famílias dos investigados.

Podemos afirmar, a partir dos dados analisados, que os estudantes do EMI no *campus* do IFSP pesquisado caracterizam-se como: jovens de 14 e 15 anos, ou seja, na faixa etária adequada para ingresso no ensino médio; predominantemente do sexo masculino, devido à concentração dos cursos na área de indústria e informática; residentes no município em que está localizado o *campus*; nunca trabalhou; utiliza o ônibus como meio de transporte para a escola.

No geral, os pais possuem ensino médio completo e a renda familiar concentra-se entre 1 a 4 salários mínimos situando os estudantes nas camadas médias da população. A maior parte mora em domicílios próprios quitados, não possuem benefícios sociais e utilizam o plano de saúde como serviço médico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Oliveira (2017) a qualidade do ensino médio nas escolas públicas brasileiras que atendem as camadas populares está aquém do demandado pelo setor produtivo, relegando a maioria da população jovem a empregos precários ou ao desemprego.

Conforme o Censo Escolar, o número de matrículas no ensino médio em 2017 foi de 7.930.834, sendo cerca de 1.800.000 no ensino profissionalizante. A maior parte das matrículas em educação profissional (58%) concentra-se na rede pública. Porém, apesar da expansão da Rede Federal ela responde por 2,4% das matrículas de nível médio no País.

Entre os objetivos promulgados na Lei de criação dos IFs a democratização do acesso à educação profissional é prioridade e ocorreria principalmente por meio do EMI, que deveria garantir educação de qualidade para as camadas da população que historicamente

tiveram esse direito negado. No entanto, ao analisarmos as características socioeconômicas dos ingressantes nos cursos EMI em um *campus* do IFSP no interior de São Paulo, constatamos que essas escolas atraem a camada da população de classe média.

Diante desse quadro, observa-se que apesar dos avanços representados pela criação dos IFs há que se prosseguir no desenvolvimento de políticas educacionais com vistas a democratizar o acesso de jovens das camadas sociais mais baixas à educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepção e diretrizes. Brasília: PDE, 2010.

BRAZOROTTO, Cíntia Magno. **Ensino médio integrado**: os desafios para a implantação da política educacional. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas / Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, SP: [s.n.], 2014, 233f.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: 2017.

OLIVEIRA, Ramon de. Ensino Médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho. In: **Anais do XV Encontro Nacional da ABET**. Trabalho, crise e desigualdades: caminhos e descaminhos da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: 6-9 de setembro de 2017.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: Uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

SAVIANI, D. O choque teórico da politécnica. Trabalho, educação e saúde. **Revista da EPSJV/Fiocruz**. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 131-152.